

# Imigrantes romenos explorados na apanha da azeitona no Alentejo

Recrutados por organizações do próprio país, chegam com a promessa de salários de 800 euros. Muitos passam fome, são maltratados e regressam sem um tostão

**Trabalho**  
**Carlos Dias**

Durante um interrogatório realizado no Tribunal de Serpa no passado dia 7 de Dezembro a oito cidadãos romenos que vinham acusados do crime de tráfico de pessoas, foram ouvidos vários trabalhadores sequestrados oriundos deste país do Leste europeu e um deles relatou ter perdido 23 quilos por força dos maus tratos que recebeu e da fome a que foi sujeito durante várias semanas. "Estava um farrapo humano", descreveu uma das pessoas presentes na audição dos testemunhos que contribuíram para a prisão preventiva de quatro dos oito indivíduos detidos pela Polícia Judiciária em Aljustrel.

Este exemplo reflecte uma persistente realidade no dia-a-dia dos imigrantes romenos que rumam ao Alentejo no início do Outono, contratados por compatriotas seus para trabalhar durante dois ou três meses na apanha da azeitona. O seu número cresce de ano para ano, à medida que aumenta a produção nos novos olivais intensivos, assim como os casos de exploração de mão-de-obra, sem que as autoridades portuguesas se decidam a "recebê-los em condições dignas", protesta Sérgio Engana, presidente da Junta de Freguesia da Salvada no concelho de Beja. Há três anos a esta parte que se insurge contra a situação degradante de ver cidadãos romenos que chegam à sua terra a alimentarem-se do que é deixado nos contentores do lixo, enquanto outros se colocam à porta de estabelecimentos comerciais a pedir dinheiro para comprar pão.

Em Outubro passado, a população da Salvada ficou consternada quando um imigrante romeno foi assassinado por um compatriota seu que lhe desferiu uma facada no peito, numa casa da localidade onde viviam amontoados. Os cigarros que faltavam num maço de tabaco foram a causa apresentada às autoridades, para justificar a mortal agressão. O autarca não estranha que o móbil do crime fosse associado a "um acto tão fútil", dadas as constantes situações de "violência gratuita" a que

as redes de tráfico sujeitam cidadãos romenos.

"Nunca pensei que os trabalhos nos campos do Alentejo dessem esta volta", salienta Sérgio Engana de 35 anos, recordando histórias que o seu avô lhe contou sobre a migração de pessoas vindas das Beiras, os "ratinhos", que chegavam ao Sul do país para trabalhar na celfa ou na apanha da azeitona nos anos 40 e 50 do século passado, onde eram sujeitos a um regime de "trabalho desumano sem quaisquer direitos".

Os grupos de imigrantes romenos que chegam ao Alentejo são transportados em viaturas de nove lugares ou em autocarros, incluindo mulheres e crianças. "Muitos nem sequer sabem que o seu país pertence à União Europeia e em que país se encontram", constatou Alberto Matos, dirigente da Associação Solidariedade Imigrante (Solim), que em Beja dá apoio aos que se deslocam para trabalhar na região.

Grande parte destes imigrantes são na sua maioria de origem cigana e oriundos da aldeia de Farcasale, zona rural situada no Sul da Roménia, próximo da cidade de Craiova. "Prometem-lhes 800 euros por mês na apanha da azeitona", conta Alberto Matos. E asseguram-lhes que, se as coisas correrem mal no nosso país, a Segurança Social "garante alimentação e alojamento e até paga as viagens de regresso à Roménia". Alguns foram avisados da ocorrência de incidentes em campanhas anteriores na apanha de azeitona, mas, mesmo assim, "arriscam porque têm pouco a perder", observa Alberto Matos.

Quando são ameaçados ou sujeitos a actos de violência física, "querem ir-se embora rapidamente sem apresentar queixa", explica ao PÚBLICO o dirigente da Solim. Está convencido de que é "totalmente irrealista" pensar que os imigrantes romenos vítimas de maus tratos e de incumprimento do seu contrato de trabalho possam subsistir, aguardando pelo desenrolar do processo no Tribunal de Trabalho. Nestas circunstâncias fica impune quem os "contrata" e utiliza esta mão-de-obra "ao preço da chuva", nomeadamente "grandes



Imigrantes chegam em carrinhas ou autocarros e muitos nem sequer

**"Nunca pensei que os trabalhos nos campos do Alentejo dessem esta volta"**

**Sérgio Engana**  
Presidente da Junta de Freguesia de Salvada, no concelho de Beja

agricultores e empresas que deviam ser responsabilizados solidariamente com os empregadores", considera Alberto Matos.

O PÚBLICO obteve cópia de um contrato de trabalho que foi celebrado entre uma empresa unipessoal constituída por um cidadão romeno radicado em Portugal há vários anos e um seu compatriota. Este fica obrigado a trabalhar das 8h às 13h e das 14h às 17h por um salário de 480 euros mensais, "recebido em dinheiro" e "passível de descontos legais". O montante salarial inclui o subsídio de refeição, que é de 4,5 euros.

Para lá da questão salarial e do horário laboral, nada mais está contemplado no contrato de trabalho. Para resolver eventuais litígios entre entidade empregadora e trabalha-



No Alentejo estão plantados cerca de 50.000 ha de novo olival, exigindo todos os anos milhares de trabalhadores em regime sazonal



...sabem em que país se encontram

dor o documento remete a sua resolução para o Tribunal de Trabalho de Beja.

## Contrato "à jorna"

Depois de contratados, os cidadãos romenos são enviados para as explorações agrícolas com as quais as empresas de contratação de mão-de-obra romena acordam um contrato "à jorna", recebendo em média 42 euros diários por cada trabalhador, o que perfaz uma verba mensal entre os 1200 e 1300 euros. Deste montante, o trabalhador recebe 485 euros, deduzidos eventuais descontos, mas são frequentes as situações em que não há qualquer retribuição.

Os documentos foram facultados por dois imigrantes romenos que

trabalharam numa herdade em Beja, entre 7 de Novembro e 4 de Dezembro, sem que tivessem recebido qualquer pagamento salarial. Para sobreviver pediram ajuda na Cáritas de Beja para o pagamento da viagem de regresso à sua terra, o que acabou por lhes ser concedido, mas "difícilmente outras situações do género poderão ser contempladas devido à falta de verbas" por parte da instituição, advertiu Teresa Caeiro, presidente da Cáritas de Beja. Alberto Matos admite que, quando a campanha da azeitona terminar, possam "multiplicar-se os pedidos de apoio para a viagem de regresso à Roménia".

Em Dezembro de 2010 o bispo de Beja, D. António Vitalino Dantas, denunciava a existência de "bolsas

de exploração de mão-de-obra imigrante", realçando as condições de trabalho e de acolhimento "muito longe do humanamente aceitável". O teor desta alerta fez deslocar a Beja o deputado do PSD Mendes Bota, que confirmou a existência do que classificou como "zonas de penumbra entre o trabalho escravo e não-escravo".

Decorridos dois anos o deputado do PCP João Ramos pergunta ao Ministério da Solidariedade e da Segurança se está a par de "formas de exploração do trabalho praticadas há vários séculos atrás". A alguns desses trabalhadores, prossegue o deputado comunista, "é-lhes pago um valor estipulado por quilograma de azeitona apanhada, sem outro tipo aparente de vínculo" laboral.



# 50 mil

No Alentejo estão plantados cerca de 50.000 ha de novo olival, exigindo todos os anos milhares de trabalhadores em regime sazonal

# 600

Durante a actual campanha, a GNR já identificou cerca de 600 trabalhadores imigrantes, na sua maioria romenos e ucranianos

## Trabalho duro, intenso e repetitivo

**N**a apanha de azeitona nos novos olivais alentejanos ainda se recorre a processos artesanais. Enquanto no olival superintensivo a recolha é executada por máquinas, no olival intensivo, onde a densidade de árvores por hectare ronda os 300 exemplares, recorre-se ao sistema misto, que envolve uma máquina de vibração e o varejamento manual.

São 14 os trabalhadores que acompanham o trabalho de cada máquina, equipamento que é alugado a empresas espanholas. O seu condutor é espanhol. Aos portugueses é atribuída a condução da "moto-quatro", que têm como tarefa arrastar as redes que cobrem o solo para nelas recolher as azeitonas que a máquina vibratória e o varejamento manual que fica a cargo de trabalhadores romenos libertam das oliveiras.

Não raro, o mau tempo, o frio ou a chuva intensa transformam os solos agrícolas num lamaçal onde se torna difícil caminhar. É neste ponto que se revela a dureza do trabalho suportado pelos imigrantes romenos, na maioria dos casos subalimentados. A jornada pode chegar às 11 horas, todos os dias do mês, e o ritmo da tarefa é intenso, repetitivo. Cada máquina necessita de 14 pessoas a dar apoio para recolher azeitona de uma média de 3000 árvores/dia e durante dois ou três meses.

As formas de pagamento do trabalho são variadas: por quilo de azeitona recolhido, por hectare varejado, ou o ordenado mínimo nacional no final de cada mês.

No Alentejo haverá 50.000 hectares de novo olival, o que significa que são necessários todos os anos vários milhares de trabalhadores em regime sazonal que a região não tem para suprir as necessidades, o que abre terreno às redes de exploração de mão-de-obra.

## Autoridades preocupadas com roubos e liquidação de IVA

Carlos Dias

Com o arranque da actual campanha de apanha de azeitona, a GNR inicia a operação *Azeitona Segura* para prevenir o furto do produto. As equipas incluem inspectores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), da Segurança Social (SS) e da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA).

Nas 25 acções já desencadeadas, o Comando Territorial de Beja da GNR anunciou recentemente ter fiscalizado cerca de 600 imigrantes, romenos e ucranianos na sua esmagadora maioria. Foram detidas oito pessoas por furto de azeitona num olival no concelho de Beja. As autoridades apreenderam no decurso das suas intervenções 1105 quilogramas de azeitona.

A ACT disse que "identificou" um grupo de 26 pessoas em trabalhos de apanha de azeitona durante uma acção inspectiva conjunta com o SEF, a ATA e a GNR "que detinham autorização para residir em Portugal e desenvolver actividade profissional". Sobre as condições contratuais impostas aos imigrantes, níveis salariais, regimes de trabalho e condições de alojamento dos imigrantes romenos as autoridades não divulgaram qualquer informação.

Porém, num ofício da GNR de Ferreira do Alentejo enviado ao presidente da câmara local, é descrito o tipo de alojamento que é oferecido aos imigrantes envolvidos nas campanhas de apanha de azeitona.

O documento faz referência a cidadãos de nacionalidade estrangeira que se encontram a trabalhar em explorações agrícolas do concelho, na apanha da azeitona, "e se encontram alojados em espaços sem as mínimas condições de habitabilidade", em que foram detectadas "situações de 30 indivíduos a viver em casas de duas assoalhadas".

No levantamento que a GNR fez às condições de habitabilidade de imigrantes no concelho de Ferreira do Alentejo, constatou que em apenas cinco casas residiam entre 180 a 200 imigrantes em condições "impróprias".

Todas as situações verificadas são "bastante preocupantes em termos de condições de higiene e saneamento básico", devido ao "elevado número de pessoas por habitação". Acresce ainda que os indivíduos que nelas habitam "denotam falta de higiene, deambulando por vezes pelas ruas limítrofes, com especial incidência nos caixotes do lixo à procura de alimentos", adianta o comando da GNR de Ferreira do Alentejo.

Estas condições, refere-se no ofício, "poderão constituir um sério problema de saúde pública, bem como um desrespeito da condição humana desses mesmos trabalhadores", podendo vir "a acarretar um conjunto de causas e consequências nefastas, como doenças contagiosas, crime organizado, exploração laboral e sexual". O presidente da Junta de Freguesia da



GNR encontrou quase 200 imigrantes a viverem em cinco casas em condições impróprias

Salvada denunciou a tentativa de rapto de uma menina na localidade que "felizmente não se consumou".

Para além destes problemas de âmbito social, a Autoridade Tributária já alertou os empresários agrícolas para o IVA que as empresas unipessoais constituídas por cidadãos romenos não entregam. O deputado do PSD Mário Simões alertou na Assembleia da República para esta fuga ao fisco que pode chegar aos 4 milhões de euros.

Os agricultores receiam consequências após a Autoridade Tributária os ter informado de que "são solidários com o prestador de serviços pela entrega do IVA facturado", uma referência às empresas que lhes fornecem a mão-de-obra. Temem ter de o pagar novamente. O deputado do PSD vai informar o ministro das Finanças deste expediente a que recorrem empresas constituídas "na hora", para que se encontre uma solução que não penalize os empresários agrícolas, nem o erário público.

de exploração de mão-de-obra imigrante", realçando as condições de trabalho e de acolhimento "muito longe do humanamente aceitável". O teor desta alerta fez deslocar a Beja o deputado do PSD Mendes Bota, que confirmou a existência do que classificou como "zonas de penumbra entre o trabalho escravo e não-escravo".

Decorridos dois anos o deputado do PCP João Ramos pergunta ao Ministério da Solidariedade e da Segurança se está a par de "formas de exploração do trabalho praticadas há vários séculos atrás". A alguns desses trabalhadores, prossegue o deputado comunista, "é-lhes pago um valor estipulado por quilograma de azeitona apanhada, sem outro tipo aparente de vínculo" laboral.